

# A região Nordeste: disparidades interestaduais e desigualdade econômica e social, 1960-1990

*Sérgio Ricardo Ribeiro Lima<sup>1</sup>*

*Ricardo Candéa Sá Barreto<sup>2</sup>*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o comportamento econômico e social da região Nordeste de meados do século XX até início do século XXI. A sua evolução histórica foi marcada pelo atraso econômico e social e pelas disparidades econômicas regionais que repercutiram em desigualdades sociais regionais profundas, apesar do crescimento significativo. A possibilidade de correção das desigualdades foi pensada em meados de 1950, através de políticas de industrialização. Mas, apesar desta, a mesma mantém-se em atraso relativo em relação ao Sul do país, pelo alto nível de pobreza que ainda perdura. Observou-se que o significativo crescimento econômico da região Nordeste no período considerado concentrou-se basicamente em três estados: Pernambuco, Bahia e Ceará. Foi exatamente nesses estados onde houve a maior concentração da renda. Conclui-se que o processo de industrialização via canalização de capitais para a região trouxe um tímido desenvolvimento, ao mesmo tempo que aprofundou as desigualdades sociais.

---

1 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). [sricardo@uesc.br](mailto:sricardo@uesc.br)

2 Pós-doutor em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). [rscbarreto@uesc.br](mailto:rscbarreto@uesc.br)

**Palavras-chave:** Região. Nordeste. Desigualdade. Crescimento. Desenvolvimento.

**Abstract:** The objective of this paper is to analyze the economic and social behavior in the Northeast of the mid-twentieth century the region until early twenty-first century. Its historical evolution was marked by economic and social backwardness and the regional economic disparities that reverberated deep regional inequalities, despite the significant growth. The possible correction of inequalities was designed in the mid 1950s through industrialization policies. But despite this, it remains in relative backwardness compared to the south of the country, the high level of poverty that still endures. It was observed that significant economic growth in the Northeast region in the period considered focused mainly in three states: Pernambuco, Bahia and Ceará. It was precisely in those states where there was a greater concentration of income. We conclude that the process of industrialization via channeling capital to the region brought a timid development, while deepened social inequalities.

**Keywords:** Region. Northeast. Inequality. Growth. Development.

## I Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o comportamento econômico e social dos estados do Nordeste e da região entre meados de 1950 até início do século XXI. Esta análise traz, inicialmente, um panorama da região no que diz respeito à produção, renda *per capita*, estrutura fundiária e indicadores de desigualdade. A metodologia utilizada é o Vw de Williamson (WILLIAMSON, 1965) e os intervalos quartílicos para os municípios da região, buscando mensurar a concentração da riqueza e da renda.

Este estudo abrange uma análise teórica e histórica ao fazer um panorama de determinados aspectos econômicos e sociais do Nordeste, buscando fundamentá-la numa perspectiva crítica. O estudo terá como aporte teórico a crítica à teoria da convergência do desenvolvimento de Kuznets através das contribuições teóricas de Ernest Mandel (1982), Celso Furtado (1983) e Francisco de Oliveira (1981).

O referencial teórico deste artigo embasa-se, inicialmente, na lógica do movimento do capital, movimento este cuja dinâmica está centrada no processo de acumulação de capital e no desenvolvimento das forças produtivas (progresso técnico). A proposta é trazer para a análise o conceito

de “desenvolvimento desigual e combinado”, cuja referência adotou-se a obra de Ernest Mandel, *O Capitalismo Tardio*.

Em seguida exploraremos brevemente os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico em Simon Kuznets e em Celso Furtado; ainda sobre este pensador traremos a concepção de subdesenvolvimento como embasamento para a compreensão dos desequilíbrios regionais no Brasil e, em especial, na região Nordeste. Ainda enfatizando a natureza dos desequilíbrios regionais, traremos a importante contribuição de Francisco de Oliveira, em *Elegia para uma re(li)gião*.

## 2 Panorama da região Nordeste

### 2.1 Considerações teóricas e conceituais

O processo de industrialização, acompanhado pelo avanço da área urbana e do setor de serviços que o seguiu, tem se fortalecido nas últimas décadas do século passado na região Nordeste, de maneira que esta região tem despontado no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e no Valor Agregado Bruto (VAB), acompanhando e ultrapassando o crescimento das demais regiões – Sul e Sudeste – e do país.

O atraso que marcou a região no século XIX até meados do século XX tem sido diagnosticado pela ausência de industrialização, tendo como vetor exponencial o investimento. Há um paralelismo entre as disparidades regionais e as disparidades entre as nações que se conformam no conjunto do sistema capitalista, mediante sua lógica de funcionamento nos vários estágios de seu desenvolvimento, respeitando suas peculiaridades regionais. Assim, afirma Mandel (1982, p. 58): “A própria acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital”.

Ou seja, as disparidades econômicas entre as nações têm sido abordadas pelos estudiosos críticos não como uma disfunção do sistema, mas como parte da lógica do próprio desenvolvimento do capitalismo, devido às diferenças nos processos de acumulação de capital e do progresso técnico, que por sua vez, respondem às diferentes composições orgânicas dos capitais e as magnitudes dos capitais em diferentes países. Isto implica em diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e, por consequência, nos níveis de produtividade do trabalho.

A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas. (MANDEL, 1982, p. 38)

“As diferenças quanto à acumulação de capital e renda nacional entre os países metropolitanos e os subdesenvolvidos alargaram-se ainda mais [...]”(MANDEL, 1982, p. 42)

Isto tem levado às transferências de excedentes entre nações e entre regiões, permitindo, por um lado, a acumulação de capital e de riqueza em grandes proporções para algumas regiões e países e, por outro lado, o atraso e a pobreza de outros países e regiões. No que toca a estas últimas, afirma Mandel (1982, p. 61): “As regiões subdesenvolvidas no interior dos países capitalistas, assim como as “colônias externas”, funcionam dessa maneira como fontes de superlucro”.

No contexto dessa lógica do movimento de reprodução e acumulação do capital, “[...] o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente [...]” e que “[...] o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação”. (MANDEL, 1982, p. 70) Este é o movimento dialético do capital que se autoalimenta e reproduz o subdesenvolvimento.

Portanto, discorrer sobre a evolução econômica da região Nordeste requer um breve tratamento acerca das noções de crescimento e desenvolvimento econômico. Ao tratar do produto total e do produto *per capita*, Kuznets (1983, p. 45) traz a seguinte consideração sobre o crescimento econômico: “A capacidade de manter cifras rapidamente crescentes nos mesmos níveis de vida ou em níveis apenas ligeiramente inferiores, em si e por si mesma, pode ser considerada como crescimento econômico”.

Para Celso Furtado o conceito de desenvolvimento compreende em si o de crescimento, superando-o. Genericamente, Furtado (1983, p. 78) concebe o desenvolvimento como “[...] a diversidade das formas sociais e econômicas engendradas pela divisão do trabalho social”. O crescimento, por sua vez, representa “a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico”. (FURTADO, 1983, p. 78) Portanto, alinhando os dois conceitos em suas inter-relações, Furtado (1983, p. 79, grifo do autor) afirma:

[...] o crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o *mesmo* fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o referido setor especializado.

Furtado sintetiza o conceito de desenvolvimento como o “aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e da renda *per capita*) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjuntos, ou setores, particulares.” (FURTADO, 1983, p. 79)

Para entender o caminho seguido pela região Nordeste é preciso analisá-la no contexto da formação do centro econômico dominante no país que foi a região Centro-Sul, em São Paulo, especificamente. A análise deve, portanto, partir do processo originário de acumulação de capital. Neste sentido, assinala Oliveira (1981, p. 74, grifo do autor): “O desenvolvimento industrial da ‘região’ de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional*.”

Portanto, a região Nordeste, a partir das diretrizes do centro capitalista nacional – expressão usada por Oliveira – passou a assumir um papel nesta divisão do trabalho que passaria a caracterizar, daí por diante, as inter-relações com o restante do país e com o centro econômico dominante. Neste papel, Oliveira (1981, p. 75-76) é taxativo ao afirmar que este ciclo capitalista formado “toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais ou das ‘regiões’”. Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras ‘regiões’ para centralizar o capital.”

Cabe, no entanto, a questão: que destino, então, caberia ao Nordeste? Esta questão, obviamente, envolve o crescimento e o desenvolvimento desta região.

O processo de centralização do capital – como uma das faces do desequilíbrio – que foi se formando no centro dominante via extração do excedente formado no Nordeste, só poderia levar aos desequilíbrios entre as regiões, de maneira que “as disparidades são, concretamente, o sinal do

movimento diferencial de acumulação nas relações entre os ‘Nordestes’ e o Centro-Sul”.<sup>3</sup> (OLIVEIRA, 1981, p. 76)

Naturalmente este processo econômico se desdobrará num processo político que é a formação de uma estrutura de poder, onde esta se centrará no Centro-Sul, sob domínio do capital, enquanto outra, dependente e subserviente, se centrará no Nordeste, sob domínio da oligarquia latifundiária, quer dizer, classe detentora do monopólio da terra. Oligarquia esta que estendia-se de Norte a Sul do país. Nesta polarização, o Estado jogará um papel estratégico no fortalecimento, consolidação e desenvolvimento da indústria no centro dominante.

Diante do exposto, expõe-se a seguinte questão: o recente processo de industrialização e crescimento da economia nordestina levou à convergência do desenvolvimento econômico nos termos colocados por Kuznets?

### **3 Panorama da economia do Nordeste**

#### **3.1 Estrutura fundiária**

Historicamente, a forma como se organizou a posse da terra na região Nordeste determinou sua estrutura econômica e as relações sociais de produção. Embora a forma de organização da posse da terra tenha sido, na época colonial, uma resposta aos impulsos econômicos externos, ela atendeu antes aos estímulos de colonização, por meio da doação de grandes extensões de terras que receberam o nome das capitânicas hereditárias e depois de sesmarias.

Partindo do pressuposto que a estrutura fundiária é um elemento-chave para entender a organização econômica e social nesta região, iniciaremos o estudo do Nordeste com ela. A análise cobre quatro períodos: 1950, 1985, 1995, 2006.

Os dados para a região (Tabela 1) apontam uma estabilização na razão área/estabelecimento nos quatro extratos de área com variabilidade pouco alterada. Ou seja, nesses 20 anos (1985/2006) a estrutura fundiária manteve-se inalterada, altamente concentradora. Na razão acima exposta (área/est.), para o período 1985-2006, nos extratos de menos de 10 ha e nos extratos com mais de 1000 ha, a distribuição foi de 2,5 ha e 2.800 ha,

---

<sup>3</sup> Cabe registrar que esse processo dialético da inter-relação entre as regiões mediante divisão nacional do trabalho ajustava-se no processo de formação do capital e do sistema capitalista a nível nacional, onde determinada região tomava a dianteira deste processo.

em média, o que denota uma forte concentração. O quadro atual é ainda mais grave, pois se em 1950 tinha-se o módulo de pequenas propriedades até 100 há; de 1985 a 2006, iram proliferar-se o número de pequenos estabelecimentos com até 10 ha, sendo estes agora considerados pequenas propriedades. Nota-se que a concentração da terra se intensificou. Uma das possíveis explicações é a estrutura econômica do Nordeste, apesar da industrialização, ainda calcada na produção de bens primários: matérias-primas e alimentos, sustentada na grande propriedade, resquícios da era colonial, o que denota seu atraso.<sup>4</sup>

Tabela 1: Comportamento da Estrutura Fundiária no Nordeste – 1985/1996/2006\*

	1985	2006
Menos de 10	2,5	2,4
10 a menos de 100	32,2	30,3
100 a menos de 1000	255	248,1
Mais de 1000	2.352,40	2.562,00

Fonte: MDA, Censo Agropecuário e a agricultura familiar no Brasil, 2009.

### 3.2 Evolução do PIB

Os dados sobre o PIB que cobrem o período de análise vão de 1970 a 2009. Essa periodização é importante porque traz características políticas e econômicas peculiares. A década de 1970 foi quando ocorreu a crise do petróleo e a crise da economia mundial, puxada pela crise dos Estados Unidos<sup>1</sup>. Mas já no início dos anos 1970 (1971-1973) o Brasil vivenciou seu “milagre econômico”, crescendo as taxas em torno de 10%, enquanto o restante das principais economias cresciam 3% e 4%; já a década de 1980 sofrerá os reflexos da crise no período anterior, movimento este no qual se dá o grande endividamento externo do Brasil e o país recorre ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1982. Foi um período de austeridade que ficou marcado pelos economistas como “década perdida”. Nesta década também vamos ter a desestabilização política do país, com o fim da ditadura e os fracassos dos vários planos econômicos (do Plano Cruzado ao Plano Bresser) com a Nova República até início da década de 1990; nesta década é o momento de arrumar a casa, com a estabilização da moeda e o controle da inflação a partir de 1994 no Governo de Fernando Henrique Cardoso

<sup>4</sup> Os dados para os estados do Nordeste encontram-se na Tabela 1, nos anexos.

(FHC); nesta década vamos ter também a abertura comercial do país com forte teor neoliberal e o impulso da política de privatizações; a década de 2000 será de contenção da política de abertura comercial e privatização e, em contrapartida, vamos ter o fortalecimento do Estado, principalmente na área social, quando o Governo Lula ampliará o programa de assistência social, Bolsa Família. De 2002 a 2010 – com exceção da crise de 2008 – o Brasil teve bom desempenho em sua economia (mesmo depois da crise, a economia brasileira segue bem até 2012), pois o momento inicial da crise nesse intervalo de 4 anos, de certa forma, não atingiu o Brasil.

Conforme Carvalho (2008), o período 1960-2000 ficou marcado na economia nordestina pelas taxas positivas de crescimento e progressiva articulação à economia brasileira. As quatro décadas correspondem a etapas distintas desse período: 1960, de expansão; 1970, de continuidade do crescimento; 1980, de desaceleração e 1990, de mais desaceleração e crise.

Ainda segundo o mesmo autor, essa trajetória foi aberta com a “fase inicial de expansão”, nos anos 1960, quando beneficiado, em parte, pelo planejamento regional –, recebeu investimentos básicos, sobretudo em rodovias e energia elétrica, crescendo a uma taxa média de 4,4%. Nos anos 1970, apoiado pelo “milagre econômico” e pelos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) vem a “fase de continuidade do crescimento”, na qual os investimentos de infraestrutura foram complementados pelos empreendimentos produtivos, principalmente os industriais, e a região se expande a uma taxa anual de 9,4%. Os anos 1980 correspondem à “fase de desaceleração”, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou impacto negativo. A taxa média diminuiu, então, para 4,3%. No entanto, nos anos 1990, o Nordeste, refletindo a instabilidade econômica e a experiência da desregulamentação e da abertura econômica, obteve taxas menores que nas décadas anteriores, uma média de 2,6%, configurando a “fase de continuidade da desaceleração e crise”. (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 153-154)

A Tabela 2 aponta crescimento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo estável na região Sul, com queda de 3,9% na região Sudeste. Apesar da queda do PIB no Sudeste, essa região é responsável por mais de 50% do PIB nacional, seguido pelo Sul e o Nordeste. Do ponto de vista da concentração de capital, através do PIB, é de se supor que a desconcentração do mesmo no Sudeste tenha sido compensada pelo dinamismo do PIB no Nordeste, onde houve no processo de industrialização uma transregionalização de empresas – via filiais – para esta região.



Tabela 2: Participação das grandes regiões no PIB – 1995-2012, em %

	1995	2000	2005	2010	2012
Norte	4,2	4,4	5	5,3	5,3
Nordeste	12	12,4	13,1	13,5	13,6
Sudeste	59,1	58,3	56,5	55,4	55,2
Sul	16,2	16,5	16,6	16,5	16,2
Centro-Oeste	8,4	8,4	8,9	9,3	9,8
Brasil	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Contas Regionais (2012) e IPEA (2015).

Analisando os dados da Tabela 3, observa-se para os intervalos decenais importante crescimento. Porém, visualizando o período 1970-2010, o crescimento do PIB do Nordeste é extraordinário. No intervalo de quatro décadas o PIB cresceu 640%. Vale ressaltar que esse crescimento foi puxado pelos estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará.

Tabela 3: PIB dos estados e da região Nordeste a preços constantes – 1970-2010

Períodos	1970	1980	1990	2000	2010
Alagoas	4.256.632	9.523.942	15.487.584	17.946.198	24.574.808
Bahia	15.805.007	41.291.649	70.009.716	106.995.993	154.340.458
Ceará	9.889.066	24.276.030	32.558.210	53.104.705	77.865.415
Maranhão	7.696.328	18.150.538	22.660.644	27.738.099	45.255.942
Paraíba	5.721.471	12.055.512	16.456.710	20.840.093	31.947.059
Pernambuco	17.111.124	34.119.292	50.886.814	64.621.925	95.186.714
Piauí	3.393.809	7.967.745	10.733.696	13.924.642	22.060.161
Rio G. Norte	2.640.357	7.168.783	10.615.672	23.093.896	32.338.895
Sergipe	2.072.718	4.290.702	12.752.439	15.810.865	23.932.155
Nordeste	68.586.511	158.844.195	242.161.485	344.076.416	507.501.607

Fonte: IBGE, Contas Regionais (2012) e IPEA (2015).

Em termos gerais, os dados mostram que o Nordeste – que foi tradicionalmente uma economia agroexportadora e/ou de subsistência – tem mudado seu perfil econômico, sustentado na indústria, que alimenta o setor urbano e que avança o setor de serviços, de natureza privada e pública.

Quanto ao pessoal ocupado, para o conjunto das atividades, observa-se para o período, seja para a região, seja para os três maiores estados, uma retração no emprego. Isso, possivelmente, foi resultado da instalação de atividades industriais de nível tecnológico relativamente elevado, poupando mão de obra, ao mesmo tempo em que incrementou a produtividade.

Tabela 4: Pessoal ocupado nas atividades econômicas nos estados e na região Nordeste

	1985	2006
Alagoas	624.588	451.742
Bahia	3.202.485	2.325.984
Ceará	1.271.800	1.145.985
Maranhão	1.672.820	991.593
Paraíba	763.963	490.287
Pernambuco	1.307.160	944.907
Piauí	818.465	831.827
Rio Grande do Norte	432.317	247.507
Sergipe	348.069	268.799
Nordeste	10.441.667	7.698.631

Fonte: Censo Agropecuário e a agricultura familiar no Brasil (2009).

## 4 A questão social

### 4.1 A pobreza

A análise do comportamento de alguns dos aspectos sociais da região Nordeste diz respeito à: extrema pobreza, renda *per capita*, índice de desigualdade intra e inter-regional.

Com base na Tabela 5, observa-se para o Nordeste, no período 1976/1990, crescimento significativo da extrema pobreza. A década de 1990 é a que atingirá o pico em números absolutos: a população extremamente pobre (que recebe renda de até R\$ 70,00 por mês) salta, em apenas uma década, de 12 milhões de pessoas para 17 milhões, ou seja, houve um acréscimo nesse período de quase cinco milhões de pessoas na extrema pobreza.

No período 1990/2001 há uma diminuição em torno de dois milhões de pessoas na extrema pobreza, mas foi no período 2001/2013 que essa queda foi vertiginosa, de 15 milhões para próximo de seis milhões de pessoas naquele estado. Sem suspeita de erro, esse resultado foi devido à ampliação do Programa Bolsa Família e os aumentos que teve em seu valor. O maior número de pessoas nessa situação, para 2013, estão, em primeiro lugar, na Bahia, seguida de Maranhão e Ceará. Em termos percentuais, o índice para o Nordeste em 1976 foi de 71,85 em média de

pessoas na situação de extrema pobreza, enquanto para 2006 esse dado cai para 28,55%; a diferença entre os dois períodos representa uma queda de 43,30%, bastante significativo.

Tabela 5: Número de indivíduos extremamente pobres nos estados do Nordeste – 1976/2013

Períodos	1976	1981	1990	2001	2013
Alagoas	660.428	542.402	916.428	1.055.157	407.394
Bahia	2.643.453	2.602.132	4.480.819	3.988.479	1.497.727
Ceará	2.098.141	2.335.295	2.828.804	2.252.762	927.434
Maranhão	1.748.954	1.770.233	2.199.638	2.058.992	1.174.693
Paraíba	1.026.311	1.301.734	1.436.968	1.076.750	319.867
Pernambuco	1.899.067	1.778.044	2.490.340	2.487.115	858.085
Piauí	1.109.667	1.240.024	1.488.412	962.669	290.638
Rio G. Norte	648.266	664.859	910.432	728.292	249.600
Sergipe	337.798	592.006	411.077	484.476	134.497
Nordeste	12.172.085	12.626.729	17.162.918	15.094.692	5.859.935

Fonte: IPEA (2015).

Quando observamos os dados da evolução da população no período 1980-2014 para o Nordeste (Tabela 6), tem-se um acréscimo na população de 62%. Se se leva em conta, com base na tabela anterior, que o número da extrema pobreza caiu para 5.859 milhões de pessoas; em 2013, a razão extrema pobreza/tamanho da população é de 10%, na década de 2000, de 31%, na de 1990, 40% e na década de 1980, de 36%. Ou seja, a razão número de pobrestamanho da população diminuiu consideravelmente.

Tabela 6: População dos estados do Nordeste e da região – 1980/2014

Períodos	1980	1990	2000	2010	2014
Alagoas	1.975.258	2.504.847	2.897.881	3.231.836	3.321.305
Bahia	9.419.377	11.833.426	13.519.548	14.768.312	15.126.371
Ceará	5.268.693	6.368.785	7.601.788	8.569.783	8.843.553
Maranhão	3.981.622	4.922.472	5.794.912	6.603.880	6.850.884
Paraíba	2.759.930	3.212.822	3.472.839	3.819.237	3.943.885
Pernambuco	6.120.550	7.151.534	8.119.689	8.985.658	9.278.152
Piauí	2.131.109	2.582.455	2.877.451	3.142.946	3.193.956
Rio G. do Norte	1.891.151	2.406.035	2.837.885	3.264.647	3.408.510
Sergipe	1.135.904	1.482.911	1.824.047	2.120.052	2.219.574
Nordeste	34.683.594	42.465.287	48.946.040	54.506.351	56.186.190

Fonte: IBGE (2015) e IPEA (2015).

Trouxemos também um índice que sintetiza os dados que até então apresentamos: o índice da desigualdade na região Nordeste, Sul e Sudeste (Tabela 7).

Tabela 7: Índice de Gini da desigualdade social nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul – 1985-2006

	1985	2006
Alagoas	0,85	0,87
Bahia	0,84	0,84
Ceará	0,81	0,86
Maranhão	0,92	0,86
Paraíba	0,84	0,82
Pernambuco	0,83	0,82
Piauí	0,89	0,85
Rio Grande do Norte	0,85	0,82
Sergipe	0,86	0,82
<b>Nordeste</b>	<b>0,85</b>	<b>0,84</b>
Espírito Santo	0,67	0,73
Rio de Janeiro	0,81	0,8
Minas Gerais	0,77	0,79
São Paulo	0,77	0,8
<b>Sudeste</b>	<b>0,75</b>	<b>0,78</b>
Paraná	0,75	0,77
Rio Grande do Sul	0,76	0,77
Santa Catarina	0,68	0,68
<b>Sul</b>	<b>0,73</b>	<b>0,74</b>

Fonte: Censo Agropecuário e a agricultura familiar no Brasil (2009).

Apesar do crescimento da economia, dinamizada pela indústria e serviços, assim como pelo aumento da renda média das famílias e com a vertiginosa diminuição da população extremamente pobre, a desigualdade social no Nordeste, em relação às demais regiões e ao país, manteve-se em alta, no patamar de 0,85 (Índice de Gini). Observa-se na Tabela 7 que os índices embora tenham crescido no período 1985-2006 para os estados do Sul e Sudeste, eles estão abaixo dos índices do Nordeste, o que denota a rigidez para se obter o avanço em certas variáveis no Nordeste que, conjugada a outros fatores, colocam o Nordeste no primeiro patamar da desigualdade. O Nordeste cresceu economicamente, mas manteve-se desigual socialmente. O PIB, a renda e a riqueza cresceram de forma significativa no Nordeste, mas as disparidades regionais e as desigualdades

sociais enrijeceram, não acompanhando o desempenho das variáveis econômicas. O quadro da pobreza na região Nordeste é bem maior do que demonstram estes dados. A apresentação dos índices de Williamson irá reforçar esta afirmação mais à frente.

## 5 Considerações metodológicas sobre o Vw de Williamson

O desdobramento desta pesquisa também buscou construir índices de desigualdade social para os municípios da região Nordeste, como uma forma de amparar os dados para os estados da região.

A análise da evolução das desigualdades intermunicipais do Nordeste brasileiro será apresentada por meio de duas metodologias complementares. Inicialmente, apresenta-se o coeficiente Vw de Williamson (1965).

O coeficiente mede a dispersão dos PIBs *per capita* municipais em relação à média e que cada município representa a agregação de disparidades intramunicipais relevantes. Ao se rearranjar o fracionamento do território (macrorregião e unidades da Federação), têm-se novas e diferentes agregações dentro dos limites de cada município, e o impacto sobre o coeficiente Vw pode se originar apenas nessa modificação, sem que haja nenhuma alteração real da renda dessas populações. A simultaneidade de causas econômicas para a alteração do coeficiente reduz significativamente seu poder de explicação e põe em questão a conclusão original dos autores.

Nas análises que seguem, a variável renda será representada pelo PIB e pelo PIB *per capita* (), obtidos junto ao banco de dados do Ipeadata (2015). Os dados de população para o mesmo período são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As limitações de praxe aplicam-se a essa instrumentalização, especialmente pela dificuldade de estabelecer a relação entre a produção final atribuída ao município e a renda efetiva de sua população.

### 5.1 Vw de Williamson

Williamson (1965) procurou lançar luz sobre a análise regional, trazendo elementos adicionais para a discussão acadêmica, que abordava as dificuldades para o crescimento equilibrado como oriundas das experiências nacionais específicas na Itália, na França, no Brasil e nos Estados Unidos. Mais especificamente, Williamson estava tentando comprovar

a hipótese de Kuznets (1983) sobre o U-invertido,<sup>5</sup> base de grande parte da tese de convergência do crescimento econômico, que admitia que, nos estágios iniciais do desenvolvimento, se verifica uma ampliação das desigualdades, o que vem a se tornar convergência nos estágios mais avançados.

Williamson apresentou um coeficiente que mede o grau de dispersão relativa da renda *per capita* de uma série de unidades espaciais de interesse em relação à renda média do conjunto dessas regiões.

Para diferenciá-lo do Coeficiente de Variação (CV)<sup>6</sup> convencional e incorporar as diferenças entre unidades geográficas, o autor propôs a ponderação do CV pela população de cada unidade regional. Sendo assim, o coeficiente de variação regional de Williamson para a renda ( $w$ ) é calculado, para os municípios do Nordeste do Brasil, como segue:

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum_i (y_i - \bar{y})^2 \cdot \frac{f_i}{n}}}{\bar{y}}$$

Em que:

$y_i$  = proxy de renda *per capita* do  $i$ -ésimo município;

$\bar{y}$  = proxy de renda *per capita* média;

$f_i$  = população do  $i$ -ésimo município; e

$n$  = população total.

## 5.2 Estados do Nordeste

Enquanto o coeficiente de Williamson proporciona uma medida sintética da dispersão do PIB no Nordeste, a análise por Estados oferece uma noção da movimentação espacial da riqueza entre os anos de 1920 de 2010.

A análise consiste em dividir os municípios da região Nordeste em quatro intervalos quartílicos de PIB *per capita*, com 25% do total

---

<sup>5</sup> Em economia, uma curva de Kuznets representa graficamente a hipótese de que como uma economia se desenvolve, as forças do mercado primeiro aumentam e depois diminuem a desigualdade econômica. A hipótese foi avançada pela primeira vez pelo economista Simon Kuznets na década de 1950 e 1960 para maiores detalhes ver Kuznets (1955).

<sup>6</sup> O CV é a razão entre o desvio padrão de uma determinada distribuição pela sua média e é utilizado como medida de dispersão relativa ao permitir a comparabilidade entre distribuições de magnitudes ou variáveis muito diferentes. Quanto mais próxima a zero é o valor do coeficiente, mais homogênea é a distribuição.

de municípios em cada intervalo, ordenados de um a quatro. A seguir, apresenta-se um levantamento do número de municípios, em cada uma das três macrorregiões, que pertencem a cada intervalo, com especial interesse no primeiro e no quarto intervalos.

Desse modo, pode-se analisar qual região está se tornando relativamente mais rica ou mais pobre, independentemente da redução ou do crescimento das desigualdades no Nordeste como um todo (representada pelo  $V_w$ ).

Por fim, apresentam-se alguns dados que refletem a realidade econômica no interior de cada Estado.

O primeiro deles é o próprio coeficiente de Williamson, agora calculado apenas para os municípios de cada uma das macrorregiões, de forma a indicar o grau de dispersão do PIB *per capita* nesses subconjuntos da economia da região. Os demais dados indicam as participações das macrorregiões no PIB e na população do Nordeste, bem como a composição setorial do Valor Adicionado (VAB).

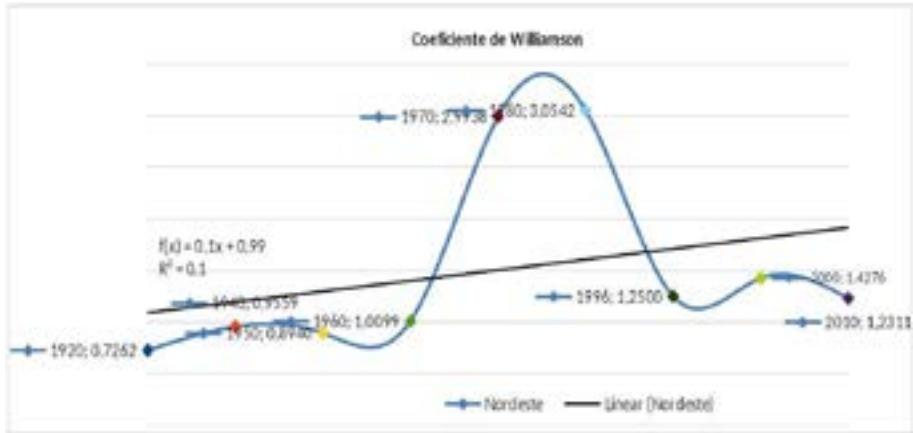
## 6 Desigualdades regionais no Nordeste

A análise começa pelo panorama geral das desigualdades intermunicipais do PIB *per capita* no Nordeste por meio da série do coeficiente de variação ponderado, chamado de coeficiente de Williamson. O Gráfico 1 mostra a evolução do coeficiente para o período de 1920 a 2010, delimitado neste estudo.

Os primeiros resultados são interessantes. A curva de tendência indica que as desigualdades intermunicipais se mantiveram instáveis ao longo do período com uma tendência crescente. Nota-se um crescimento da desigualdade mais acentuada no período de 1960-1980 período em que vigoraram políticas regionais para região.

Antes de inferir qualquer coisa a respeito desses dados, vale lembrar que houve crescimento real do PIB *per capita* do Nordeste no período de análise, em torno de 17%. Além disso, houve uma reestruturação na composição setorial do PIB do Estado, o que deve se refletir na composição territorial do mesmo, já que os setores não estão uniformemente distribuídos nos espaços.

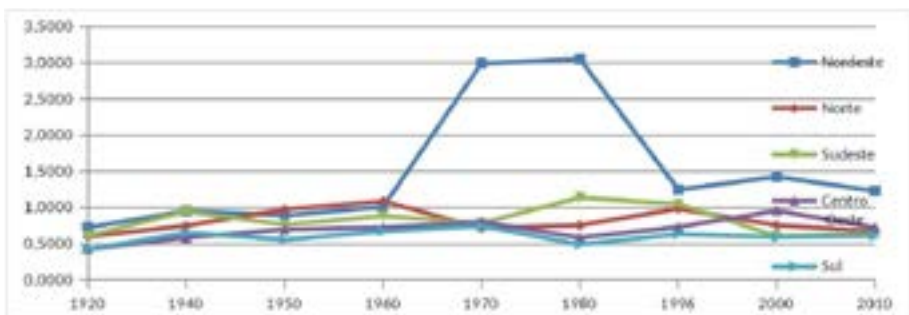
Gráfico 1: Coeficiente de Williamson de desigualdade regional no Nordeste, 1920-2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata (2015).

Esses dados, em combinação com a instabilidade do indicador de dispersão dos valores municipais, indicam que, por um lado, parece que o crescimento esteja provocando um aprofundamento das disparidades de renda entre os municípios, conforme a hipótese myrdaliana de causação cumulativa. Ao mesmo tempo, não é possível afirmar, sob a hipótese neoclássica, de que maiores níveis de desenvolvimento tenham dirigido a região para uma trajetória de convergência entre as regiões. Apesar disso, tenta-se analisar se o crescimento está ocorrendo de forma desequilibrada, já que o Gráfico 2 mostra um comportamento diferente da região Nordeste em comparação com as demais macrorregiões do Brasil.

Gráfico 2: Coeficiente de Williamson de desigualdade das macrorregiões do Brasil, 1920-2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata (2015).



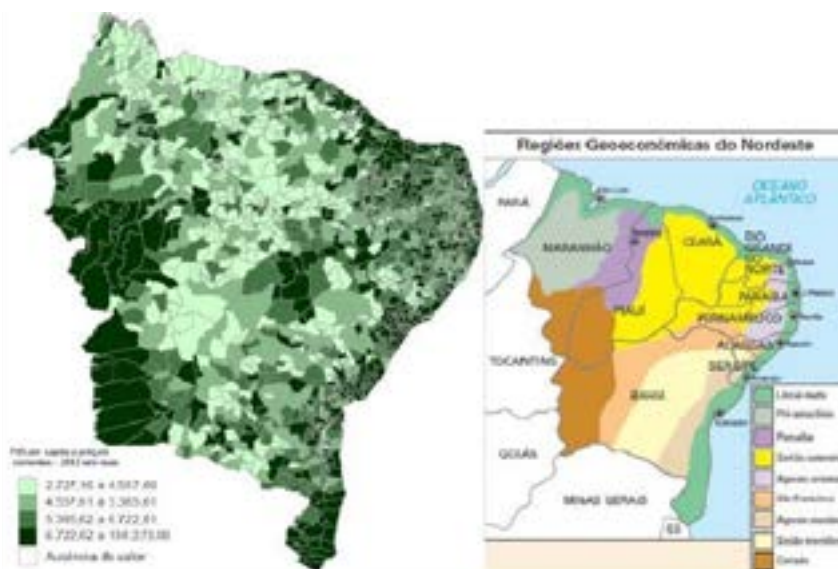
Analisando o padrão de evolução do crescimento do Nordeste brasileiro percebe-se uma clara concentração em termos de PIB *per capita* do Nordeste. Afinal, os diferentes setores estão geograficamente dispersos e a economia nordestina vivenciou diferentes estímulos, propagando-se de maneira desigual através dos canais de transmissão do crescimento. Se a hipótese do crescimento não equilibrado está correta, a análise desagregada da economia do Nordeste poderá mostrar alguma redistribuição espacial da renda, mesmo que o indicador agregado de desigualdade permaneça (quase) constante para o período de 1996-2010.

Contudo, Silva e Teixeira (2014) afirmam que, mesmo depois da implementação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Nordeste continua, apesar de maior, tendo uma participação marginal na base industrial do país. A participação da indústria nordestina na indústria nacional segue uma trajetória declinante no período em questão. Isto não se deve à redução da produção absoluta da indústria no Nordeste, mas ao crescimento superior do PIB industrial nacional. A participação do PIB industrial nordestino se reduz entre 1939 e 1955, e depois da maturação dos investimentos da Sudene, volta a apresentar crescimento entre 1962 e 1965. No entanto, o valor adicionado da indústria segue uma trajetória, com algumas inflexões, de crescimento expressivo. Portanto, a redução da participação industrial nordestina se deve ao crescimento da produção industrial nacional ser superior ao crescimento apresentado pela indústria no Nordeste e, não a sua redução absoluta.

Celso Furtado (1983) argumenta que apesar de não existir no período 1960-1970 relação direta entre crescimento e desenvolvimento, uma vez que o crescimento não foi acompanhado por uma evolução positiva dos indicadores sociais, sendo o Nordeste um exemplo de mau desenvolvimento, houve poucas regiões periféricas que apresentaram taxas de crescimento tão elevadas ou que tenham conhecido um processo de industrialização tão intenso por duas décadas como o apresentado no Nordeste.

Dividiu-se, na Figura 1, o conjunto dos municípios do Nordeste em quatro intervalos quartílicos, contendo 25% do total de municípios cada, ordenados segundo PIB *per capita*.

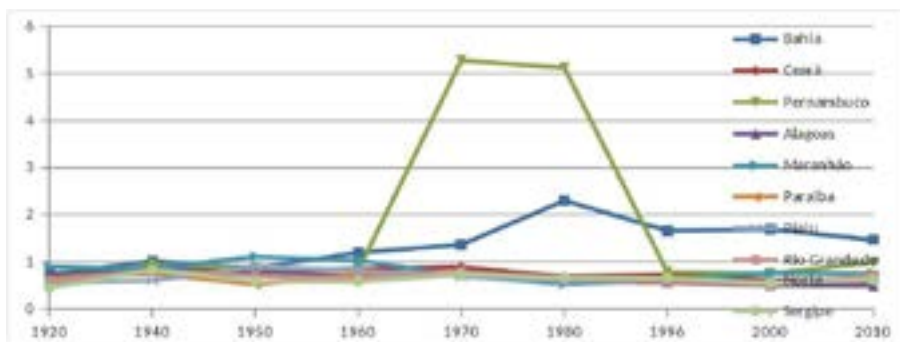
Figura 1: Divisão dos municípios pertencentes a intervalos do PIB *per capita* do Nordeste, 2012



Fonte: IBGE (2015) e IPEA (2015).

Percebe-se claramente uma concentração do PIB *per capita* no cerrado baiano e no litoral nordestino do Ceará até o sul da Bahia, além dos polos de irrigação da região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Nesta ótica a concentração pelo Índice de Williamson mostra que os estados de Pernambuco e Bahia em termos de concentração de riqueza na forma do PIB *per capita* são os que mais puxaram a concentração da região Nordeste entre 1960 e 2010.

Gráfico 3: Coeficiente de Williamson de desigualdade das macrorregiões do Brasil, 1920-2010



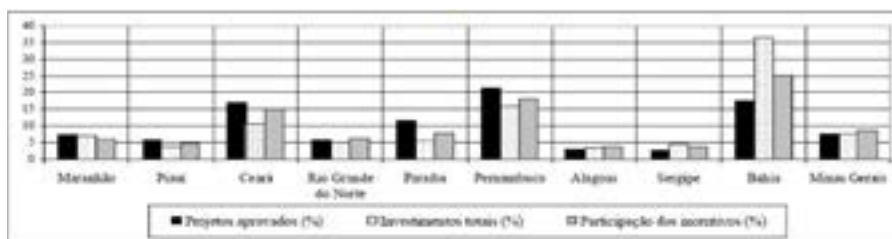
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipeadata (2015).

As condições econômicas da última década desse período se distanciaram significativamente da base produtiva nordestina dos anos 1950, alterando-a quase por completo. Um total de 3.052 projetos foram aprovados pela Sudene no período 1974-2000, concentrados nas áreas metropolitanas das capitais dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. O Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) financiou as principais indústrias que se instalaram na região, liberando R\$ 15,8 bilhões para projetos, que, somados a contrapartidas, a outros empréstimos ou a recursos privados, geraram um investimento total de R\$ 68,4 bilhões. (SUDENE apud CARVALHO, 2008)

Outra observação é que a industrialização regional incidiu no litoral e principalmente nas três capitais mais importantes (Salvador, Recife e Fortaleza). Assim, os padrões da ocupação permaneceram igualmente concentrados na orla litorânea, nos espaços já mais dinâmicos, comparativamente falando. (ABLAS; PINTO, 2009)

Nesse sentido, Ribeiro (2010) afirma que a resultante da política de incentivos da Sudene acabou favorecendo a concentração espacial e setorial dos investimentos em apenas três estados da região nordestina, não atendendo a proposta de reduzir as disparidades intra e inter-regionais. De acordo com dados da Superintendência, disponibilizados no *site* da Sudene,<sup>7</sup> de um total de 2.820 projetos aprovados pela Sudene até junho de 1990, 21,5% concentraram-se em Pernambuco, 17,6% na Bahia e 17% no Ceará. No tocante à distribuição dos incentivos, as participações desses estados foram, respectivamente, de 17,9%, 25,3% e 15%. Em relação aos investimentos a concentração foi ainda maior, sendo de 36,5% na Bahia, de 15,7% em Pernambuco e de 10,5% no Ceará. O Gráfico 3 ilustra essa relação de disparidade na participação dos estados nordestinos no planejamento formulado pela Sudene, segundo a distribuição espacial dos projetos e os incentivos e investimentos realizados no período de 1962 a 1990.

Gráfico 4: Nordeste: distribuição espacial dos projetos, investimentos e incentivos



Fonte: Sudene-BNB (apud ALMEIDA; ARAÚJO, 2004, p. 109).

<sup>7</sup> Disponível em: <www.sudene.gov.br>. Acesso em: 16 de março de 2015.

Ribeiro (2010) chama a atenção ao analisar o Gráfico 3, pois percebe-se o que já foi assinalado: mais da metade dos investimentos (62,7%) e dos incentivos totais (58,2%) foram destinados a três estados da região (Pernambuco, Bahia e Ceará), no período que se estende desde 1962 até 1990. O pano de fundo desses movimentos está ancorado na política de industrialização do Nordeste incentivada pelo governo e marcada pela instalação de indústrias extra-regionais em pontos específicos da região, como o deslocamento de indústrias têxteis oriundas do Sudeste e Sul.

Essa orientação contrariava as proposições do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que indicava a criação de um complexo industrial genuinamente nordestino (capital, mão de obra e matéria-prima, locais) como indutor do desenvolvimento.

Ainda segundo a autora, na década de 1970 – com a instituição do II PND – houve a atração de grandes e modernos complexos industriais, notadamente do químico e do petroquímico, em razão da vantajosa dotação de determinados recursos naturais existentes na região, como na Bahia (Petrobrás) e no Maranhão (Vale do Rio Doce), por exemplo, além dos benefícios governamentais concedidos. Assim, a política de desenvolvimento concebida pela Sudene, contou não apenas com o sistema “34/18”,<sup>8</sup> para garantir que grandes empresas se instalassem na região Nordeste, mas também com a base de recursos naturais e a energia elétrica existentes na região.

Segundo Carvalho (2011), à concepção da implantação de complexos industriais se somaria uma reformulação no sistema de incentivos fiscais, que culminou na criação, em 1974, do Sistema Finor, cuja lógica de funcionamento se revelaria muito mais ao alcance das grandes empresas. Contrariando ainda as proposições do GTDN, a rigor, desde meados da década de 1960, a política de industrialização do Nordeste vinha privilegiando os grandes compartimentos industriais. Essa tendência agudizou-se ainda mais, com a implantação, no decorrer da década de 1970, de complexos industriais no Nordeste, como: o Complexo Petroquímico de Camaçari; o Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe;

---

<sup>8</sup> Os incentivos fiscais, inicialmente conhecidos como Sistema 34/18, foram assim designados por referirem-se ao Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, que criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste. O Sistema 34/18 baseava-se na relação entre três agentes: a empresa optante (ou depositante), a empresa beneficiária (ou investidor) e a Sudene. A empresa optante era a pessoa jurídica, situada em território nacional, que poderia deduzir do seu imposto de renda, determinada parcela a ser investida no Nordeste. A beneficiária era responsável pela elaboração, implantação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados no Nordeste. Já a Sudene era responsável pela aprovação e fiscalização da aplicação dos recursos, de acordo com os planos traçados para o desenvolvimento regional. Para maiores detalhes ver: <<http://www.sudene.gov.br/>>.

o Polo Cloroquímico de Alagoas; o Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte; o III Polo Industrial do Nordeste; o Polo Mínero-metalúrgico do Maranhão, além do Complexo Industrial Portuário de Suape (Pernambuco), do Polo Têxtil e de Confecções de Fortaleza (Ceará), do Complexo Agroindustrial do Médio São Francisco (Petrolina/Juazeiro) e do Polo de Fruticultura Irrigada do Vale do Açu (Rio Grande do Norte). Esse fato demonstra que o processo de industrialização do Nordeste foi alinhado ao processo de acumulação de capital que originou-se e consolidou-se no Sudeste, levando à concentração de capitais nesta região à procura de valorização; e que esta procura vai encontrar no Nordeste o espaço desejado.

Do ponto de vista teórico, acreditava-se que o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas seria possível de ser obtido com a implantação de empreendimentos de grande porte, que ancorassem o desenvolvimento posterior de uma cadeia produtiva mais ampla e adensada. Para a atração desses investimentos preconizava-se a concessão de benefícios fiscais, como foi o caso do Finor no Nordeste. (SICSÚ; LIMA; SILVA, 2015)

Contudo, as desigualdades espaciais foram mantidas e, em muitos casos, até aprofundadas, quando não recriadas, e agravou-se a concentração de renda. Não se pode negar que houve avanços e desenvolvimento, ainda que restrito, mas os seus frutos foram altamente concentrados, dependentes de uma forte participação estatal e com uma grande exclusão social. Não houve o “natural” espraiamento dos frutos do progresso que se esperava automático, segundo a teoria dos Polos de Desenvolvimento. (SICSÚ; LIMA; SILVA, 2015)

## **7 Considerações finais**

Este estudo tratou de fazer uma interpretação da realidade do Nordeste de meados do século passado até o início do presente a partir da construção de índices e dos dados levantados e cruzados sobre aspectos econômicos e sociais do Nordeste.

A concentração fundiária é uma variável historicamente persistente e com mais ênfase na região Nordeste. Para o período 1950-2006, mostra-se que o Índice de Gini manteve-se praticamente inalterado, quer dizer, mantém-se o latifúndio. Embora, caiba lembrar que a natureza das atividades no setor primário da economia é, por excelência, sustentada em grandes áreas.

O processo de industrialização da região Nordeste, acompanhado do setor de serviços e, concomitantemente, da dinâmica do setor urbano, tem sido estratégico no crescimento da economia. Porém, embora na ausência de informações e dados, é de se suspeitar que a industrialização do Nordeste foi amparada em capitais oriundos da região Sudeste, mediante transregionalização de empresas, face ao conjunto de estímulos disponibilizados através dos governos federal, estadual e municipal.

Isto significa que a região Nordeste tem sido um espaço de valorização do capital mediante instalação de filiais, contando com um amplo mercado de trabalho (com mão de obra abundante e barata) para os setores mais avançados da região dominante. A disponibilidade de mão de obra a baixo custo e sem força sindical na região, possivelmente, favoreceu a extração de excedentes na forma de mais-valia transferida para o Sudeste. Esta possibilidade está em consonância – em termos regionais – com o que Mandel vislumbrou sobre o “desenvolvimento desigual e combinado” da região Nordeste.

As considerações de Oliveira acerca do centro capitalista dominante seja em termos de divisão do trabalho e dos níveis de produtividade, assim como da maior composição orgânica do capital e da acumulação do capital neste centro tem, possivelmente, implicado nas transferências de excedente – na forma de mais-valia – do Nordeste para o Sudeste, devido à impossibilidade da equalização das taxas de lucro. Esses desníveis ajudam a explicar a permanência do relativo atraso econômico e social da região Nordeste, como uma das prerrogativas para se entender os persistentes desequilíbrios econômicos e as desigualdades sociais, apesar da industrialização.

Metodologicamente, o problema foi enfrentado com duas análises complementares: primeiro, o coeficiente de Williamson (1965), como medida sintética da dispersão do PIB *per capita* na região; e, segundo, a análise espacial da riqueza do Estado e dentro de suas porções litoral, sertão e cerrado baiano. Como primeiro resultado, o coeficiente  $V_w$  indicou uma concentração maior do PIB *per capita* no Nordeste a partir dos anos 1960, quando considerado como um todo. Os resultados do cálculo do índice por Estados demonstram que esse comportamento de concentração espacial foi puxado pelos estados de Pernambuco e da Bahia

Finalmente, os coeficientes parciais de Williamson, calculados para cada grande região, demonstraram que tanto a litoral nordestino quanto o cerrado baiano se tornaram mais desiguais internamente ao longo da década, enquanto a região do sertão apresentou maior homogeneidade na distribuição do PIB *per capita*. Esse ponto traz à tona a multidimensionalidade da questão distributiva. Quando analisado em seu conjunto,

o Nordeste apresenta um desempenho instável ao longo da década 1960-1980, não dando nenhum indício de convergência.

Os resultados obtidos através da construção dos índices de Williamson, quando se analisa conjuntamente o comportamento dos dados para os estados de Pernambuco e Bahia (Quadro 2) e nos Gráficos 3 e 4, relativamente aos demais estados, levam à conclusão de que os dois estados que concentraram os investimentos e o PIB (a riqueza), são os mesmos que apresentaram os maiores índices de desigualdade. Conclui-se ainda que, se a maior concentração desses investimentos ocorreu por parte de grandes complexos (agro)industriais do Sudeste e Sul do país, o processo de industrialização no Nordeste atendeu primordialmente mais os objetivos de valorização do capital que a correção das disparidades e desigualdades sociais. O alinhamento da burguesia regional com a burguesia do Sudeste, ao favorecer os objetivos do capital do Sudeste, favoreceu a concentração da renda dentro da região. As desigualdades ao invés de minimizarem, ampliaram-se. A realidade que resulta desses dados se aproxima mais das teses de Mandel e Oliveira que da tese da convergência do desenvolvimento de Kuznets.

## Referências

ABLAS, L. A. Q.; PINTO, R. F. Nordeste Brasileiro: crescimento e dinâmica espacial no período 1970-2008. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 40, n. 4, p. 821-832, out./dez. 2009.

ALMEIDA, J. E.; ARAÚJO, J. B. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, RS, v. 12, n. 23, p. 97-128, nov. 2004.

CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2008.

CARVALHO, F. F. Sudene: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno. In: AMARAL FILHO, J.; CARRILLO, J. *Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. p. 287-308.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- FURTADO, C. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 5-14, jul./set. 1984.
- GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. *Revista Estudos e Pesquisas*, Salvador, n. 67, p. 109-151, 2004.
- IBGE. *Censo agropecuário*, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>> . Acesso em: 25 set. 2015.
- IBGE. *Contas Regionais*, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/>> . Acesso em: 25 set. 2015.
- IBGE. *Contas Regionais*, 2015.
- PNAD. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Vários anos. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 30 jan. 2015.
- MDA. Censo Agropecuário e a agricultura familiar no Brasil, Brasília, 2009.
- IPEA – Ipeadata. Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) . Acesso em: 6 jan. 2015.
- KUZNETS, S. *Crescimento econômico moderno*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. Petrópolis: Paz e Terra, 1981.
- RIBEIRO, C. P. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: influência no debate sobre a questão regional brasileira*. Florianópolis: TCC grad (UFSC), 2010.
- SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. R.; SILVA, G. V. *Novas lógicas do planejamento regional e a valorização do local: estudos de casos em alagoas e Pernambuco*, may 2015. Disponível em: <<http://www.fenecon.org.br/Artigo-NovasLogicas.pdf>> . Acesso em: 25 set. 2015.
- SILVA, J. A.; TEIXEIRA, M. S. G. Desconcentração no Brasil: Nordeste, da Sudene aos anos 2000. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 118-134, jul./set. 2014.
- WILLIAMSON, J. G. Regional inequality and the process of national development. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, Ill., v. 14, p. 3-45, 1965.